

Disputa na Constituinte deixa governo sem articulador

Brasília — Wilson Pedrosa

Villas-Boas Corrêa

O governo está sem um único articulador parlamentar. Esta foi a conclusão a que chegou o presidente José Sarney no impulso da reação irritada diante dos sinais de uma rebelião do PMDB, que ameaçava a estabilidade do regime e a redução do seu mandato.

Na análise com ministros e assessores, Sarney reconheceu que o deputado Ulysses Guimarães está manietado pela sua condição de candidato à acumulação das presidências da Constituinte e da Câmara. Candidato duplo, enfrentando uma candidatura rebelde dentro do seu partido e a contestação da constitucionalidade da sua pretensão, Ulysses está pisando em ovos. Não pode desagradar o eleitorado e esquiva-se de tomar atitudes diante das questões polêmicas. Com ele, até que sua situação pessoal seja resolvida, Sarney não conta.

Mas, por mal dos pecados do governo, os articuladores políticos tradicionais também estão imprestáveis para a emergência. O chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, é do ramo e com grande aplicação às suas tarefas. Mas é um líder do PFL, o aliado mais fraco e que foi derrotado pelo PMDB na eleição de governadores de 22 dos 23 estados. No fundo das dificuldades nos acertos inaugurais do Congresso Constituinte pouca desconfiança, que não é infundada, de que o PFL espere na toca para ir a uma desforra. A oportunidade chegou a desenhar-se na derrota do deputado Ulysses Guimarães como candidato à Câmara dos Deputados. Na avaliação do governo, o PFL refugou quando sopesou as resistências, inclusive militares, à hipótese de o deputado Fernando Lyra, eleito presidente da Câmara, ser o substituto eventual do presidente José Sarney nas interinidades programadas para este ano, na oportunidade de várias viagens ao exterior. Eleito Lyra presidente da Câmara, Sarney estaria virtualmente prisioneiro do Planalto, sem poder arrear um passo. O PFL, forrado em prudência, recuou. Embora Fernando Lyra não tenha perdido as esperanças e anuncie, com as sobras de convicção e um ar conspiratório, que vai surpreender na eleição de segunda-feira, arrebanhando "muitos mais votos do que se imagina".

Nas suas aflições, Sarney pensou em apelar para os bons ofícios do ministro da Justiça, Paulo Brossard. Sem desprezar a sua serventia, reconheceu que Brossard é lento e cauteloso por temperamento, não atende às necessidades de uma operação de urgência.

Com as lideranças parlamentares, Sarney não pode contar. O diagnóstico de um PMDB acéfalo, à matroca, vagando aos impulsos e embalado de uma massa de novos deputados e senadores deslumbrados com a estreia, conduziu o presidente Sarney a reexaminar, para possível adoção futura, a articulação de um bloco parlamentar do governo, com liderança própria, independente do PMDB e juntando todos que se dispunham a apoiar o presidente.

A bancada do governo equivaleria ao

reconhecimento da precariedade do PMDB como base de sustentação do governo. E, com Sarney entrando de peito a descoberto na articulação do bloco governista, seria inevitável o racha do PMDB.

Se a crise agravar-se com a renovação das ameaças da Constituinte exclusiva, caracterizando uma solução revolucionária, a decisão de compor o bloco parlamentar do governo poderá antecipar-se. Mas, para a operação de última hora, Sarney guarda a alternativa pouco ortodoxa de acionar articuladores informais, com os seus ministros de maior desembaraço na negociação, como os ministros da Comunicação, Antônio Carlos Magalhães; da Administração, Aluizio Alves; o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, os 22 governadores eleitos do PMDB, reptados a uma pção entre a solidariedade ao governo ou aos seus compromissos de campanha e às bases estaduais.

As especulações do governo dão a medida das apreensões irritadas do presidente José Sarney e confirmam sua indignação diante da rebeldia estudantil do PMDB, descambando para improvisações emocionais e revolucionárias, as quais, em última análise, caracterizam um risco para a estabilidade do governo. Se a Constituição não vale nada, se a Constituinte pode tudo, ignorando os acertos para a transição negociada, pode amanhã, por decisão interna, sem ouvir o presidente, reduzir seu mandato. E cada dia fica mais transparente que o presidente José Sarney aspira a cumprir o mandato constitucional de seis anos para executar o programa administrativo, embaraçado pelo recrudescimento da inflação.

A arrumação política está sendo considerada uma peça fundamental para o esforço de revisão dos desacertos econômicos. Sarney precisa de base de sustentação para enfrentar os desafios de decisões difíceis e audaciosas, como o realinhamento de preços e a fixação do salário mínimo.

O governo está muito estimulado com a negociação com os empresários oferecendo a alternativa de um realinhamento de preços de 25% com o aumento do salário mínimo para Cz\$ 1.320,00 ou um realinhamento para 30% com um salário mínimo de Cz\$ 1.600,00. A ponderação é que um salário mínimo com tal majoração seria suportado pelo Sul mas levaria o Norte e o Nordeste a uma ciranda de falências, agravando o problema do desemprego.

De qualquer modo o governo pode esperar. Como o pacto social fracassou, o governo tem até 1º de maio para decidir sobre o novo salário mínimo. Há, portanto, tempo.

O realinhamento de preços, pelos cálculos do presidente Sarney, será gradual, completando-se em 45 dias, até 15 de março, data da posse dos novos governadores. E o governo continua inclinado a um congelamento parcial de preços, apenas para uma cesta básica ampliada, com outros preços controlados pelo CIP e o restante apenas sob vigilância, mas fixados livremente.



Sarney estuda como garantir uma base de apoio parlamentar e pensa na formação de bloco independente

A Constituinte e os Três Poderes

Luiz Orlando Carneiro

Houve quem criticasse o convite feito pelo presidente do STF, ministro Moreira Alves, para que o presidente da República — que só vai ao Congresso para tomar posse e prestar o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, “promover o bem geral e sustentar a União, a integridade e a independência do Brasil” — cruzasse a Praça dos Três Poderes a fim de participar da instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

O temor de que o presidente da República sofresse algum constrangimento — num momento em que seu governo pisa em ovos, buscando a vereda do realinhamento de salários e preços, procurando ao mesmo tempo espantar o fantasma da hiperinflação — acabou por tornar-se secundário em face de um perigo muito maior: o de que a Constituinte tome nos dentes o bridão frouxo da soberania de um poder, em tese, superior a todos os outros, e ignore os demais

poderes — o Executivo, o Legislativo e o Judiciário — com os quais deve coexistir e conviver.

Depois do susto de sexta-feira, quando a bancada açambarcada do PMDB não notou que estava pondo em risco o ainda instável equilíbrio institucional do país, tirava-se ontem o chapéu para o risco calculado corrido pelo Judiciário, na pessoa do presidente do Supremo Tribunal Federal, com a anuência a princípio insegura do executivo.

Depois do discurso do presidente do STF, instalando a Assembleia Nacional Constituinte, ladoado pelo presidente José Sarney e pelo presidente da Câmara, e futuro presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a maioria dos constituintes terá se dado conta de que o país não passa por um processo revolucionário e de que os poderes da República continuam existindo, estão no pleno gozo de suas atribuições e prerrogativas, têm identidade, endereço e telefone.

O ministro Moreira Alves sublinhou substantivos como sensatez, prudência e sabedoria, ao dirigir

se aos 559 constituintes. Não estava falando, apenas, como porta-voz do Poder Judiciário, mas também como o presidente da sessão de instalação da mais atípica Assembleia Constituinte que o país já teve: fruto do pacto político encarnado na figura de Tancredo Neves e institucionalizado na Aliança Democrática. Não foi por acaso que a viúva Tancredo Neves chegou ao Congresso acompanhando os presidentes da República e do Supremo Tribunal Federal.

Cabe agora aos constituintes resolver se o Congresso funcionará em “recesso branco”, e até mesmo decidir pela exclusividade da Assembleia Nacional Constituinte. Mas depois da sessão de instalação de ontem, quando o Poder Judiciário aliou-se ao Executivo para pedir que a Constituinte seja — como a Constituição que escreverá — sólida, sensata, praticável, política em seus próprios defeitos, parece existir um consenso maior segundo o qual o Poder Constituinte não deve colocar em recesso o Judiciário, nem derrubar o Executivo. Mesmo abjurando a constituição vigente, os constituintes que aí estão foram eleitos em cima dela.